



ELEIÇÕES
2026
#VOTOUIDEMOCRACIA



POR DENTRO DAS ELEIÇÕES



A DISPUTA ELEITORAL DEVE OCORRER EM CONDIÇÕES DE IGUALDADE, SEM O USO INDEVIDO DE RECURSOS ECONÔMICOS, ESTRUTURAS PÚBLICAS, MEIOS DE COMUNICAÇÃO OU VANTAGENS OFERECIDAS AO ELEITORADO. PARA PROTEGER A LIBERDADE DO VOTO E A LEGITIMIDADE DAS ELEIÇÕES, A LEGISLAÇÃO ESTABELECE PRÁTICAS CONSIDERADAS ILÍCITAS E PREVÊ MEDIDAS PARA INTERROMPÊ-LAS, ALÉM DE PUNIR AS PESSOAS RESPONSÁVEIS. AS REGRAS ESTÃO REUNIDAS NA RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) Nº 23.735/2024, ATUALIZADA PARA AS ELEIÇÕES GERAIS DE 2026 (RESOLUÇÃO Nº 23.757/2026)

PREFEITURA CONVIDA PARA ASSINATURA DA ORDEM DE SERVIÇO

OBRA DO CALÇADÃO DA AVENIDA JONES DOS SANTOS NEVES



	Dia 13, segunda-feira
	Às 18 horas
	Na calçada do Norte Hotel

Participe deste momento importante para o desenvolvimento e a valorização da nossa cidade.



PREFEITURA MUNICIPAL
BARRA DE SÃO FRANCISCO



O PROJETO “NOVAS CULTIVARES DE CAFÉ ARÁBICA PARA O ESPÍRITO SANTO” TEVE INÍCIO EM 2018, EM CONVERSAS ENTRE PESQUISADORES E EXTENSIONISTAS DO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). A PESQUISA BUSCA VALIDAR O DESEMPENHO PRODUTIVO DE DEZ CULTIVARES NAS REGIÕES DO CAPARAÓ, DAS MONTANHAS DO ESPÍRITO SANTO E NOROESTE CAPIXABA.



A ÍNDIA ADOTOU COMPULSORIAMENTE A GASOLINA E20 (20% DE ETANOL), GERANDO UMA CRISE IMEDIATA DE EFICIÊNCIA NAS RUAS DE NOVA DÉLHI. O COMBUSTÍVEL CUSTA EXATAMENTE O MESMO NA BOMBA, MAS IMPÕE AOS MOTORISTAS UMA PERDA DRÁSTICA DE ATÉ 12% NA AUTONOMIA.



Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!

Atendimento de Segunda a Sábado!
VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.
Tel.: (27) 99943-6111



ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA, ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES

POR DENTRO DAS ELEIÇÕES: CONHEÇA OS ILÍCITOS ELEITORAIS E AS CONDUTAS PROIBIDAS NO PLEITO DE 2026

A disputa eleitoral deve ocorrer em condições de igualdade, sem o uso indevido de recursos econômicos, estruturas públicas, meios de comunicação ou vantagens oferecidas ao eleitorado. Para proteger a liberdade do voto e a legitimidade das eleições, a legislação estabelece práticas consideradas ilícitas e prevê medidas para interrompê-las, além de punir as pessoas responsáveis.

As regras estão reunidas na Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.735/2024, atualizada para as Eleições Gerais de 2026 (Resolução nº 23.757/2026). A norma disciplina desde a compra de votos e a fraude à cota de gênero até o uso de desinformação, inteligência artificial e estruturas empresariais para interferir na escolha do eleitorado.

Veja, na reportagem desta semana da série Por Dentro das Eleições, os principais ilícitos eleitorais, as condutas proibidas a agentes públicos e as sanções que podem ser aplicadas pela Justiça Eleitoral.

Quais são os ilícitos eleitorais?

A resolução trata de seis grupos principais de irregularidades:

Abuso de poder: uso excessivo ou indevido de poder econômico, político, de autoridade ou dos meios de comunicação para beneficiar ou prejudicar candidaturas;

Fraude: utilização de simulações, artifícios ou atos aparentemente legais para burlar as normas eleitorais ou obter vantagem indevida;

Corrupção eleitoral: práticas capazes de comprometer a liberdade do voto, a legitimidade dos mandatos e a normalidade das eleições;

Arrecadação e gastos ilícitos de campanha: recebimento ou utilização irregular de recursos que ultrapasse uma simples falha contábil;

Captação ilícita de sufrágio: oferta, promessa ou entrega de vantagem à eleitora ou ao eleitor com a finalidade de obter o voto;

Condutas vedadas a agentes públicos: uso da estrutura, dos serviços ou dos recursos da Administração Pública em benefício eleitoral.

A Justiça Eleitoral também poderá conceder decisão liminar para impedir o início, a repetição ou a continuidade de uma irregularidade, além de determinar a remoção de seus efeitos. Para isso, devem existir elementos que indiquem ocorrência da conduta proibida e risco de dano ao processo eleitoral.

Quem apura e julga?

A competência é definida de acordo com a circunscrição do cargo disputado pela candidatura beneficiada:

O TSE é responsável pelas ações relacionadas às eleições para presidente e vice-presidente da República;

Os tribunais regionais eleitorais (TREs) julgam os casos relativos aos cargos de governador, vice-governador, senador e deputados federal, estadual ou distrital;

As juízas e os juízes eleitorais atuam nos casos referentes às eleições municipais.

Quando diferentes ações tratarem dos mesmos fatos, ainda que tenham sido propostas por partes distintas ou apresentem enquadramentos jurídicos diferentes, elas poderão ser reunidas para julgamento conjunto. A medida busca dar coerência às decisões e maior eficiência à produção das provas, sem impedir a análise das particularidades de cada processo.

Abuso de poder

O abuso pode ocorrer quando recursos econômicos, cargos públicos, estruturas empresariais ou meios de comunicação são utilizados de forma grave para interferir na disputa.

Não é necessário demonstrar que a prática foi capaz de alterar o resultado da eleição. Para a configuração do abuso, a Justiça Eleitoral avalia a gravidade das circunstâncias, considerando tanto a reprovabilidade da conduta quanto sua repercussão no contexto do pleito.

Comprovado o abuso em ação de investigação judicial eleitoral, a Justiça Eleitoral pode cassar o registro ou o diploma da candidatura beneficiada e declarar inelegíveis, por oito anos, as pessoas responsáveis pela prática. Também podem ser determinadas a comunicação ao Ministério Público Eleitoral e a devolução de recursos públicos utilizados irregularmente.

Desinformação e inteligência artificial

A utilização da internet para divulgar informações falsas ou descontextualizadas pode configurar uso indevido dos meios de comunicação e, conforme as circunstâncias, abuso de poder político ou econômico.

A regra alcança conteúdos destinados a prejudicar adversárias ou adversários, beneficiar candidaturas ou disseminar informações falsas sobre o sistema eletrônico de votação e a própria Justiça Eleitoral.

Também poderá ser considerada ilícita a utilização de conteúdo sintético gerado ou alterado por inteligência artificial ou tecnologia equivalente quando houver violação das normas eleitorais.



As medidas específicas para o enfrentamento à desinformação que atente contra a integridade do processo eleitoral seguem a legislação e as demais resoluções do TSE sobre o tema.

Fraude e cota de gênero

A fraude eleitoral compreende atos destinados a enganar ou confundir o eleitorado, adulterar procedimentos de votação ou conferir vantagem indevida a partidos, federações, coligações ou candidaturas.

Também existe fraude à lei quando são praticados atos aparentemente regulares, mas que, na realidade, buscam frustrar o objetivo de uma norma eleitoral obrigatória.

Um dos exemplos previstos na resolução é a fraude à cota de gênero. Podem servir como elementos para demonstrá-la:

Votação zerada ou considerada irrisória;

Prestações de contas com movimentações financeiras idênticas;

Ausência de atos efetivos de campanha em benefício da própria candidatura;

Apresentação de candidatura manifestamente inviável;

Falta de providências para corrigir documentos;

Ausência de substituição de candidatura indeferida;

Atuação negligente do partido ou da federação no registro de candidaturas femininas.

Para a caracterização da fraude à cota de gênero, não é necessário comprovar a intenção específica de fraudar à lei. O desvirtuamento da finalidade da candidatura pode ser suficiente.

A fraude pode provocar a cassação dos diplomas de todas as candidatas eleitas e de todos os candidatos eleitos pela lista, a invalidação das candidaturas do partido ou da federação e a anulação dos votos nominais e de legenda.

Arrecadação e gastos ilícitos

O ilícito relacionado ao financiamento de campanha ocorre quando a violação das regras de arrecadação ou aplicação de recursos ultrapassa uma falha contábil e revela uma ilegalidade relevante.

A desaprovação das contas de campanha, isoladamente, não significa que houve arrecadação ou gasto ilícito. Da mesma forma, a aprovação das contas não impede que uma irregularidade seja investigada em ação própria.

A resolução do TSE considera grave o desvio de recursos públicos destinados às candidaturas de mulheres, pessoas negras e indígenas. Nesses casos, o ilícito pode ser configurado independentemente do valor desviado, desde que fique demonstrado que os recursos não foram utilizados em benefício das candidaturas às quais se destinavam.

Se forem comprovadas captações ou despesas ilícitas, o diploma poderá ser negado ou cancelado, caso já tenha sido concedido.

Compra de votos

A captação ilícita de sufrágio, conhecida como compra de votos, ocorre quando a candidata ou o candidato doa, oferece, promete ou entrega à eleitora ou ao eleitor um bem ou uma vantagem pessoal com a finalidade de obter seu voto.

A vantagem pode envolver dinheiro, produtos, serviços, emprego ou função pública. A proibição vale desde o registro da candidatura até o dia da eleição.

Não é necessário haver pedido explícito de voto. Basta que as provas demonstrem que a vantagem foi oferecida com finalidade eleitoral. A prática também pode ser realizada por outra pessoa, desde que exista anuência ou conhecimento da candidata ou do candidato.

Violência ou grave ameaça utilizada para obter voto também está sujeita às penalidades previstas para a captação ilícita de sufrágio.

Condutas vedadas a agentes públicos

As condutas vedadas buscam impedir que cargos, serviços, bens ou recursos públicos sejam utilizados para desequilibrar a disputa.

Para fins eleitorais, é considerado agente público quem exerce, mesmo temporariamente ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função na Administração

Pública direta, indireta ou fundacional.

A definição abrange pessoas eleitas, nomeadas, designadas ou contratadas.

Os programas sociais autorizados não poderão ser executados por entidade vinculada a candidata ou candidato ou por eles mantida.

Publicidade institucional e páginas oficiais

Nos três meses que antecedem o pleito, os órgãos públicos devem adequar seus sites, canais e demais meios oficiais de informação para retirar nomes, slogans, símbolos, imagens ou outros elementos que permitam identificar autoridades, governos ou administrações cujos cargos estejam em disputa.

A obrigação também alcança conteúdos cuja publicação tenha sido

autorizada antes do início do período de restrição. A manutenção de portais destinados ao cumprimento de obrigações de transparência e acesso à informação não configura publicidade institucional vedada desde que o conteúdo permaneça estritamente informativo e não promova autoridades ou gestões públicas.

Lives em residências oficiais

Presidente da República, governadores e prefeitos podem utilizar um cômodo da residência oficial para a realização de live, podcast ou outra transmissão eleitoral somente quando todas as exigências forem cumpridas.

O ambiente deve ser neutro, sem símbolos ou objetos relacionados ao poder público. A participação deve ficar restrita à pessoa ocupante do cargo, e o conteúdo deve tratar exclusivamente de sua candidatura.

Também não podem ser usados recursos, materiais, serviços ou servidores públicos. Todos os gastos e serviços empregados na transmissão, inclusive os de acessibilidade, devem ser registrados na prestação de contas da campanha.

Transporte oficial

A pessoa ocupante do cargo de presidente da República pode utilizar transporte oficial durante atividades de campanha, mas as despesas devem ser ressarcidas pelo partido, pela federação ou pela coligação à qual esteja vinculada.

Vice-presidente da República, governadores, vice-governadores, prefeitos e vice-prefeitos não podem utilizar transporte oficial em campanha eleitoral.

Também é permitido às candidaturas à reeleição realizar reuniões exclusivamente eleitorais em residências oficiais, desde que os encontros não tenham caráter de ato público e sejam utilizados apenas os serviços necessários ao funcionamento normal do local.

Obras públicas e shows artísticos

Nos três meses anteriores às eleições, é proibida a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos para a realização de inaugurações de obras.

Nesse mesmo período, candidatas e candidatos não podem comparecer a inaugurações de obras públicas. Eventos que simulem uma inauguração também poderão ser investigados pela Justiça Eleitoral.

O descumprimento dessas regras pode levar à suspensão imediata do evento e à cassação do registro ou do diploma da candidatura beneficiada.

Sanções para condutas vedadas

A prática de conduta vedada pode resultar em:

Suspensão do ato e de seus efeitos;

Multa;

Cassação do registro ou do diploma da candidatura beneficiada;

Devolução de recursos ao poder público quando houver desvio de finalidade;

Aplicação de outras sanções constitucionais, civis, penais, administrativas ou disciplinares.

A multa pode ser aplicada à agente ou ao agente público responsável, à candidatura beneficiada e também ao partido, à federação ou à coligação. Em caso de reincidência, o valor será duplicado.

As condutas vedadas são consideradas de configuração objetiva. Isso significa que a irregularidade pode ser reconhecida pela própria prática do ato proibido, sem necessidade de comprovar que ele efetivamente alterou o resultado da eleição.

A cassação, porém, depende da demonstração de que a conduta apresentou gravidade suficiente, considerados seus aspectos qualitativos e quantitativos.

Por Dentro das Eleições

Esta reportagem faz parte da série Por Dentro das Eleições, do Portal do TSE, que explora os principais temas das 14 resoluções que regulamentam as Eleições 2026.

O objetivo é apresentar as regras do pleito, em linguagem simples e didática, por meio de matérias curtas, ao eleitorado, às candidatas e aos candidatos, aos partidos políticos, às federações e às coligações.

AUMENTO DA MISTURA DE ETANOL NA GASOLINA VIRA ALVO DE REVOLTA NA ÍNDIA

A Índia adotou compulsoriamente a gasolina E20 (20% de etanol), gerando uma crise imediata de eficiência nas ruas de Nova Délhi. O combustível custa exatamente o mesmo na bomba, mas impõe aos motoristas uma perda drástica de até 12% na autonomia.

Quem tenta fugir da nova mistura enfrenta um mercado punitivo. A gasolina pura virou artigo de luxo no país, cobrando um ágio de até 50% nos postos que ainda oferecem a opção, conforme reportagem publicada pela BBC Índia.

Segundo a matéria, a transição atinge um ecossistema onde mais de 75% dos veículos em circulação não possuem mecânica adaptada para queimar essa proporção de etanol. Do outro lado, as montadoras admitem um recuo oficial de 3,5% na eficiência térmica dos motores.

Na última semana, a mudança confirmada pelo governo indiano gerou protestos e passeatas de motoristas, taxistas e entregadores pelas ruas de Nova Déli.

O que muda sob o capô com o E20

Desprovida de motorização flex, popularizada no Brasil, os carros vendidos na Índia sofrem com a nova gasolina E20. O álcool atrai umidade com facilidade implacável, separando a água no fundo do tanque. Esse processo silencioso acelera a oxidação de



linhas de combustível e compromete a integridade estrutural das bombas elétricas. Especialistas da Autocar India classificaram o fenômeno como um dano de queima lenta. O desgaste severo dos componentes não aparece na primeira partida, mas consolida-se após 10 mil a 20 mil km rodados com a mistura E20, exigindo substituição prematura de peças.

Governo ignora polêmicas

Segundo a BBC, o governo indiano faz vistas grossas e classifica as falhas mecânicas como desinformação, apoiando-se no corte drástico da importação de petróleo. Por lá, a união atípica de seis grandes montadoras tenta blindar a política estatal, afirmando que 15 milhões de veículos antigos não apresentaram falhas, contrariando o relato de mecânicos independentes.

Seguradoras na Índia chegaram a apontar o uso contínuo do E20 em carros incompatíveis como negligência técnica, ameaçando anular garantias contra quebras de motor. A incerteza jurídica afasta a confiança de um mercado altamente sensível a custos.

Brasil pode ter gasolina E32

Em 2026, o Brasil voltou a colocar em pauta o aumento da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina vendidas nos postos, agora com a possibilidade

de chegar ao E32. A discussão ganhou força depois da elevação para E28 em 2025, medida que já mexeu com o setor de combustíveis e abriu uma nova rodada de debate sobre oferta, preço e impacto no uso diário dos veículos.

A mudança também carrega peso político e econômico. De um lado, o governo trata a ampliação como instrumento de segurança energética e reforço à cadeia do etanol; de outro, a medida ainda desperta dúvidas entre consumidores e mecânicos, estabilidade da gasolina e efeito prático no bolso dos motoristas.

<https://www.otempo.com.br/autotempo/2026/7/11/aumento-da-mistura-de-etanol-na-gasolina-vira-alvo-de-revolta-na-india>

COMPRAS DA CHINA FICARAM MAIS BARATAS COM NOVA REGRA DE IMPORTAÇÃO?

Comprar em plataformas internacionais já faz parte da rotina de muitos brasileiros. Sites como Shein, Shopee, AliExpress e Temu se popularizaram ao oferecer roupas, acessórios, eletrônicos, itens de casa e pequenos produtos com preços atrativos. Com a mudança nas regras de tributação para compras internacionais de baixo valor, voltou a crescer a dúvida entre consumidores e empresas: comprar da China ficou realmente mais barato?

Márcio Buteri, proprietário da GX5 Import, formado em Administração em Comércio Exterior e com mais de 27 anos de experiência em operações internacionais, explica que a resposta depende da composição do custo final. Segundo ele, a redução do imposto federal pode tornar algumas compras mais atrativas, mas não elimina outras despesas que continuam pesando no valor pago pelo consumidor, como ICMS, frete, câmbio e eventuais custos de entrega.

A Receita Federal atualizou as orientações sobre compras internacionais após as novas regras de tributação, válidas para declarações de importação de remessas registradas desde 12 de maio de 2026. Entre as mudanças estão a alíquota zero de imposto de importação para compras de até US\$ 50 em plataformas certificadas pelo programa Remessa Conforme, a aplicação automática de desconto de US\$ 30 para compras acima desse valor e o cálculo do ICMS, imposto estadual que segue incidindo sobre essas operações.

Na prática, a mudança pode reduzir parte do custo em compras internacionais de baixo valor, especialmente em produtos de consumo

rápido e itens pequenos. A queda do imposto federal melhora a percepção de preço para o consumidor, mas não significa que todos os produtos importados ficarão mais baratos. O valor final ainda depende da soma entre mercadoria, frete, câmbio, ICMS e regras de processamento da remessa no Brasil.

A discussão também envolve o varejo nacional. Com menor tributação federal em parte das compras, plataformas internacionais podem ganhar mais competitividade em categorias como moda, acessórios, eletrônicos simples e utilidades domésticas. Para lojistas brasileiros, o tema reacende o debate sobre concorrência, carga tributária e condições de disputa com empresas estrangeiras que vendem diretamente ao consumidor final.

Para o empresário, é importante diferenciar a compra feita por pessoa física da importação empresarial. “A remessa internacional de pequeno valor segue uma lógica diferente de uma importação feita por empresa. O consumidor olha principalmente para o preço exibido na plataforma, mas uma operação empresarial envolve classificação fiscal, documentação, tributos, logística e conformidade regulatória”, afirma.

Outro ponto que merece atenção é a falsa sensação de que a compra internacional se resume ao preço anunciado no site. Produtos importados podem sofrer variação cambial, atraso na entrega, conferência aduaneira e dificuldade em processos de troca ou garantia. Em itens de baixo valor, esses fatores muitas vezes passam despercebidos. Em operações

empresariais, podem comprometer margem, prazo e planejamento de estoque.

“Quando se fala em importação, o preço da mercadoria é apenas uma parte da conta. Frete, imposto, prazo, documentação e risco operacional precisam entrar na análise. Uma compra aparentemente barata pode perder vantagem quando esses fatores não são considerados”, explica Márcio.

As novas regras devem manter as compras internacionais no centro do debate econômico, principalmente pela relação direta com o bolso do consumidor e com a competitividade do varejo brasileiro. Para quem compra em plataformas como Shein, Shopee, AliExpress e Temu, o ponto principal é observar o custo total antes de concluir a compra. A redução de parte da tributação pode ajudar em alguns casos, mas o preço final continua sendo resultado de uma cadeia maior, que começa fora do país e só termina quando o produto chega ao comprador.

<https://diariodeminas.com.br/compras-da-china-ficaram-mais-baratas-com-nova-regra-de-importacao/>



BELO HORIZONTE ABRE CELEBRAÇÕES DOS 10 ANOS DA PAMPULHA COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL COM EVENTO QUE PROJETA O FUTURO DA REGIÃO

A Prefeitura de Belo Horizonte deu início neste domingo (12) a programação especial “Viva Pampulha – 10 Anos de Patrimônio Mundial”, evento que celebra uma década da inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco. O lançamento institucional, realizado na Casa do Baile – Centro de Referência de Arquitetura, Urbanismo e Design, reuniu o prefeito Álvaro Damião, a presidente da Fundação Municipal de Cultura, Bárbara Bof, a secretária municipal de Cultura, Cida Falabella, além de representantes da Marinha do Brasil e do Sesc em Minas. A abertura oficial marca o começo de uma série de atividades gratuitas que convidam moradores e visitantes a ocupar a orla em uma grande celebração da memória, cultura e arquitetura. Durante a solenidade, as autoridades destacaram as ações contínuas de preservação e zeladoria do patrimônio, bem como os novos passos para a dinamização do espaço urbano e turístico. “O Complexo da Pampulha é um patrimônio histórico de Belo Horizonte, do Brasil e do mundo. Está comemorando 10 anos desse reconhecimento oficial. A



Lagoa encontra-se, hoje, sem cheiro algum, navegável e a gente quer mais. A gente quer fazer complexos esportivos em volta da Lagoa da Pampulha, colocar mais bares e restaurantes, transformá-la em um local de lazer e de turismo sustentável”, afirmou o prefeito Álvaro Damião. Entre os destaques institucionais, a Prefeitura reforçou que o projeto de revitalização e uso do espelho d’água da Lagoa da Pampulha tem avançado com rigoroso respeito ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e à segurança de moradores e visitantes. Sob esses mesmos pilares de cuidado, o retorno das atividades e dos esportes náuticos na região ocorrerá de forma gradual, planejada e segura, garantindo o uso sustentável e a preservação desse ícone da capital mineira. O evento “Viva Pampulha” é realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria

com o Sesc em Minas e o Instituto Odeon, por meio do Circuito Municipal de Cultura. A programação valoriza a relação afetiva da população com o território e se estende ao longo do dia com debates, feira de economia solidária e atrações artísticas inovadoras. Programação e intervenção inédita Após a abertura oficial, o público acompanhou o debate “Viva Pampulha: Apropriação, Memória e Pertencimento”, que reuniu especialistas e a comunidade na Casa do Baile. No fim da tarde, o tradicional bloco carnavalesco “Chama o Síndico convida Augusta Barna” se apresentou a bordo do barco turístico Capivarã, no espelho d’água da Lagoa, propondo um diálogo musical com a paisagem cultural. O encerramento, a partir das 18h, contará com uma intervenção artística inédita de laser mapping. Feixes de luz irão redesenhar as curvas de Oscar Niemeyer, criando conexões visuais entre os cinco bens que compõem o conjunto — o Museu de Arte da Pampulha (MAP), a Casa do Baile, a Igreja São Francisco de Assis, a Casa Kubitschek e o late Tênis Clube —, evidenciando a integração entre arquitetura, paisagem e o espelho d’água.

PUBLICADA PORTARIA QUE DEFINE CRITÉRIOS PARA DIFERENCIAR BARES COM ENTRETENIMENTO E CASAS DE SHOWS

A Prefeitura de Belo Horizonte publicou no Diário Oficial do Município (DOM) deste sábado (11) a Portaria SMPU 026/2026, que estabelece critérios para diferenciar bares com entretenimento de casas de shows e espetáculos para fins de licenciamento e fiscalização. A norma já está em vigor. A nova regulamentação leva em consideração a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e a legislação municipal vigente. Segundo a Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), a medida busca dar mais segurança jurídica ao setor ao estabelecer parâmetros objetivos para o enquadramento das atividades econômicas. A prefeitura afirma que o objetivo é tornar mais claros os critérios para concessão de licenças urbanísticas, reduzir divergências na fiscalização e garantir regras uniformes para bares com entretenimento e casas de shows em Belo Horizonte.



Pela portaria, um estabelecimento será classificado como casa de shows e espetáculos quando apresentar quatro ou mais das seguintes características: possuir estrutura de palco; ter espaço reservado ao público em pé próximo ao palco; utilizar área superior a 400 metros quadrados; condicionar o acesso à retirada de ingresso; promover entretenimento após as 22h.

Caso o estabelecimento não atinja esse número de critérios, será enquadrado como bar com entretenimento, com o licenciamento correspondente à atividade. A norma também determina que, independentemente da classificação, toda a estrutura de entretenimento e as atrações deverão ocorrer exclusivamente na área interna do estabelecimento, ficando proibida a utilização do espaço público para esse fim. Proposta já havia sido apresentada ao setor Os critérios oficializados pela portaria já haviam sido apresentados pela Prefeitura de Belo Horizonte durante uma reunião entre o prefeito Álvaro Damião, o secretário municipal de Política Urbana, Leonardo Castro, a equipe técnica da SMPU e representantes do setor de bares e restaurantes no final de junho.

FRENTE FRIA PROVOCA VENTANIA E MUDANÇA NO TEMPO COM O RETORNO DA CHUVA NO ES

Uma frente fria que avança pela região do Centro-Sul do Brasil chega ao Espírito Santo nesta segunda-feira (13), aumentando a nebulosidade e favorecendo a ocorrência de pancadas de chuva em diferentes regiões do Estado.

Segundo informações do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), o tempo começa a mudar, e com isso, o dia será marcado pelo aumento de nuvens, em todo o Estado.

Na segunda-feira, o tempo começa a mudar, devido a passagem de uma rápida frente fria pelo mar, no litoral do Espírito Santo. O dia será com aumento de nuvens, em todo o Estado, com previsão de chuva rápida e fraca em todo o estado. As temperaturas terão pequena queda.

Incaper
Confira a previsão do Espírito Santo
Segunda-feira (13)

Na Grande Vitória, muitas nuvens, e previsão de chuva rápida e fraca em alguns momentos.

Temperatura mínima de 18 °C e máxima de 29 °C.

Vitória: mínima de 19 °C e máxima de 29 °C.

Na Região Sul, muitas nuvens, e previsão de chuva rápida e fraca em alguns momentos.

Nas áreas menos elevadas: temperatura



mínima de 17 °C e máxima de 31 °C.
Nas áreas altas: mínima de 13 °C e máxima de 26 °C.

Na Região Serrana, muitas nuvens, e previsão de chuva rápida e fraca em alguns momentos.

Nas áreas menos elevadas: temperatura mínima de 16 °C e máxima de 27 °C.

Nas áreas altas: mínima de 14 °C e máxima de 26 °C.

Na Região Norte, muitas nuvens, e previsão de chuva rápida e fraca em alguns momentos.

Temperatura mínima de 19 °C e máxima de 31 °C.

Na Região Noroeste, muitas nuvens, e previsão de chuva rápida e fraca em alguns momentos.

Nas áreas menos elevadas: temperatura mínima de 18 °C e máxima de 31 °C.

Em Mantenópolis e Alto Rio Novo: mínima de 17 °C e máxima de 28 °C.

Na Região Nordeste, muitas nuvens, e previsão de chuva rápida e fraca em alguns momentos.

Temperatura mínima de 20°C e máxima de 31 °C.

Terça-feira (14)

Na terça-feira (14), a tendência é de que o dia seja mais frio do que a segunda-feira (13). Na Grande Vitória, a previsão é de sol com névoa fraca ao amanhecer e à noite. As temperaturas variam

entre 18°C e 23°C.

Já na Região Serrana, em cidades como Domingos Martins, a previsão é de sol com algumas nuvens durante o dia. À noite, o céu fica com muitas nuvens, mas não há previsão de chuva. Os termômetros devem marcar mínima de 12°C e máxima de 19°C.

Quarta-feira (15)

Na quarta-feira (15), o sol aparece um pouco mais, e ainda chove rápido entre a madrugada e a manhã, no litoral do estado, devido a entrada de umidade trazida por ventos costeiros.

Além disso, chove rápida no litoral, pela manhã, com abertura de nuvens no decorrer do dia. Nas demais regiões, sol entre nuvens, sem previsão de chuva. As temperaturas voltam a subir.

<https://www.folhavitória.com.br/tempo/frente-fria-provoca-ventania-e-mudanca-no-tempo-com-o-retorno-da-chuva-no-es/>

MAIOR FEIRA DE VINHOS DO ES RETORNA COM MAIS DE 1.400 RÓTULOS E NOVIDADES



A 16ª edição da ExpoVinhos Vitória já tem data marcada. Nos dias 29 e 30 de julho de 2026, o Clube Álvares Cabral, em Vitória, recebe um dos principais eventos do setor no Espírito Santo, reunindo mais de 1.400 rótulos de 16 países.

Realizada no formato wine tasting, a feira permite que os visitantes degustem livremente os vinhos

festas de fim de ano.

Entre as novidades desta edição estão as estreias da portuguesa Adega Mãe, do Grupo Bacalhôa, da Vinícola Peterlongo, da Adega Garden e da Queijos Lejane, que levará harmonizações com queijos artesanais. A programação também inclui o concurso Top Five, que premia os melhores vinhos em diferentes

apresentados pelos expositores utilizando a t a ç a entregue na entrada. O período também representa o segundo maior momento de vendas de vinhos no Estado, a t r á s apenas das

categorias após avaliação às cegas de especialistas e sommeliers. Os rótulos vencedores serão identificados durante a feira com um selo especial.

Para profissionais do setor, haverá um curso ministrado pelo professor e sommelier Franklin Bittencourt, no Senac Beira-Mar, além de duas palestras no auditório da feira. No dia 29, o convidado será Osvaldo Amado. Já no dia 30, a palestra será conduzida pelo enólogo português Diogo Lopes.

Serviço

ExpoVinhos Vitória – 16ª edição

Quando: 29 e 30 de julho, das 18h às 23h.

Onde: Clube Álvares Cabral, em Bento Ferreira, Vitória.

<https://www.folhavitória.com.br/cultura/eventos/maior-feira-de-vinhos-do-es-retorna-com-mais-de-1-400-rotulos-e-novidades/>

A INDÚSTRIA EXTRATIVA CRESCE NO ESPÍRITO SANTO, MAS...

A economia do Espírito Santo cresceu 2,2% no primeiro trimestre de 2026. O dado é do Indicador de Atividade Econômica da Federação das Indústrias do Espírito Santo. O que puxou a alta foi a indústria, com avanço de relevantes 11,2%. A indústria extrativa (leia-se petróleo e mineração), a maior do Estado, cresceu 35% nos primeiros três meses do ano: 40,8% petróleo e gás e 26,7% pelletização.

Números de fato muito fortes, mas precisamos olhar para o filme. De fato estamos em uma trajetória firme de expansão? Os dados do mesmo Indicador de Atividade Econômica mostram que não. No melhor dos cenários poderíamos falar no início de uma retomada da indústria extrativa capixaba. Vamos aos dados:

No primeiro trimestre de 2015, auge do pré-sal no Espírito Santo, a produção de petróleo e gás natural no Espírito Santo chegou a superar os 500 mil barris por dia. Em 2022, chegou a ficar abaixo dos



200 mil barris por dia e, agora, no primeiro trimestre, se aproximou dos 300 mil barris/dia. Bem melhor que 2022, mas muito abaixo do registrado há onze anos. O início das operações da nova plataforma da Petrobras, Maria Quitéria, e do campo de Wahoo, da Prio, no litoral Sul, empurraram o avanço recente. Quando olhamos para a produção capixaba de pelotas de minério de ferro, movimento bastante semelhante. No primeiro trimestre de 2015, a produção chegou a superar 14 milhões de toneladas. O rompimento das barragens da Samarco, em Mariana, e da Vale, em Brumadinho, jogaram a produção para

abaixo de 4 milhões de toneladas no primeiro trimestre de 2020. Agora, com a Samarco funcionando com 60% da capacidade e com a Vale, por causa da guerra no Oriente Médio direcionando a produção de Omã para Vitória, a fabricação trimestral está na casa dos 8 milhões de toneladas. O dobro do registrado em 2020, mas perto da metade do que foi produzido em 2015.

A Samarco vai voltar e a Vale deve recuperar a sua produção. O cenário para petróleo não é tão claro assim. O Espírito Santo, por tudo isso, deve estar de olhos cada vez mais abertos para a sua base industrial e intensificar a busca por alternativas. A confirmação da GWM é um bom começo.

https://www.agazeta.com.br/colunas/abdo-filho/a-industria-extrativa-cresce-no-espirito-santo-mas-0726#google_vignette

FEIRA DOS MUNICÍPIOS 2026 MOVIMENTA MAIS DE R\$ 5,5 MILHÕES NO ES



A Feira dos Municípios 2026 reafirmou seu papel também como uma importante ferramenta de geração de renda e indutor de desenvolvimento econômico regional do Espírito Santo. Durante os quatro dias de evento, foram movimentados mais de R\$ 5,5 milhões em vendas diretas na praça de alimentação, cervejarias, sorveterias, Espaço Flores e stands dos 78 municípios participantes.

O resultado reflete a força do evento como vitrine para produtores rurais, artesãos, agroindústrias, empreendedores e pequenos negócios de todas as regiões capixabas, que aproveitaram a feira para comercializar produtos e ampliar sua visibilidade.

possa ser até três vezes maior, considerando o aumento da produção nos municípios antes da feira para atender à demanda do evento e os novos negócios, parcerias comerciais e oportunidades que surgem a partir dos contatos realizados durante a programação. Além de impulsionar as vendas, a Feira dos

Mas o impacto econômico vai muito além dos dias de programação. A organização estima que a geração de renda

Municípios fortalece cadeias produtivas, estimula o turismo, valoriza a agricultura familiar e amplia a circulação de renda nas cidades participantes. A edição de 2026 reuniu mais de 100 mil visitantes e consolidou a Feira dos Municípios como um dos maiores eventos de valorização da cultura, do turismo e da economia do Espírito Santo, gerando resultados que permanecem nos municípios muito depois do encerramento da programação.

<https://conexaosafra.com/eventos/feira-dos-municipios-2026-movimenta-mais-de-r-55-milhoes-no-es/>



PESQUISADORES APRESENTAM CULTIVARES DE CAFÉ ARÁBICA PARA O CULTIVO ORGÂNICO NO ES

O projeto “Novas cultivares de café arábica para o Espírito Santo” teve início em 2018, em conversas entre pesquisadores e extensionistas do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). A pesquisa busca validar o desempenho produtivo de dez cultivares nas regiões do Caparaó, das Montanhas do Espírito Santo e Noroeste capixaba.

Os pesquisadores Maurício José Fornazier e Cesar Abel Krohling apresentam como se desenvolveu a pesquisa, testes, aceitação e resultados conquistados com o modelo



de cultivo orgânico.

O financiamento do projeto conta com recursos do Banco de Projetos da Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

apresentam-cultivares-de-cafe-arabica-para-o-cultivo-organico-no-es/

(Seag), por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), e apoio da iniciativa privada.

Ifes

A pesquisa também conta com a participação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) – campus Venda Nova do Imigrante, do Centro de Cafés Especiais do Espírito Santo (Cecafes/Incaper).

<https://grafittinews.com.br/pesquisadores->

PLANTIO DE IPÊS-AMARELOS EM VITÓRIA REFORÇA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FONTE GRANDE

Parque da Fonte Grande ganhou, nesta sexta-feira (10), novas mudas de ipê-amarelo, espécie nativa da Mata Atlântica e símbolo de beleza, resistência e renovação. A ação, realizada com apoio da Prefeitura de Vitória, marcou os 25 anos do Instituto Ideias e reuniu cerca de 20 participantes de diversas regiões do país em uma atividade de plantio, educação ambiental e mobilização pela arborização urbana.

A iniciativa foi conduzida pela instituição Plantio Brasil, movimento formado por plantadores voluntários de árvores, em parceria com o Instituto Ideias, organização capixaba que atua na área de governança socioambiental. Participaram da ação representantes locais e visitantes de outros estados, como Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso e Minas Gerais, reforçando o caráter coletivo e nacional da mobilização.

Mais do que o plantio de novas árvores, a atividade teve como objetivo chamar a atenção para a importância da restauração ambiental, da preservação da Mata Atlântica e do papel dos espaços verdes no enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas. No Parque da Fonte Grande, uma das principais áreas naturais de Vitória, as mudas passam a integrar um processo de fortalecimento da cobertura vegetal e de valorização do patrimônio ambiental da cidade.

A expectativa é que, até o fim do próximo mês, novas mudas sejam viabilizadas para ampliar o plantio em uma área maior do parque. A proposta é dar continuidade à ação iniciada nesta sexta-feira e transformar a doação recebida em uma intervenção ambiental mais expressiva,

envolvendo recuperação de áreas, educação ambiental e participação social. Futuro

Durante a atividade, os participantes acompanharam o preparo do solo e o plantio das mudas, em um momento simbólico de cuidado com a cidade e com as próximas gerações. A escolha do ipê-amarelo também reforça o caráter educativo da ação, já que a espécie, além de nativa, é muito reconhecida pela população pela floração marcante e pela presença em diferentes paisagens brasileiras.

O Parque da Fonte Grande, localizado no Maciço Central de Vitória, abriga remanescentes de Mata Atlântica, trilhas, mirantes, nascentes e áreas voltadas à educação ambiental. Por isso, ações como essa ajudam a aproximar a população dos temas ligados à conservação, biodiversidade, arborização e responsabilidade coletiva com os espaços públicos.

A presença de pessoas de diferentes estados também ampliou o alcance da iniciativa, transformando o plantio em um

momento de troca de experiências sobre voluntariado ambiental, mobilização social e compromisso com o clima.

Educação ambiental

Na ocasião, Carlos Humberto,

coordenador do Movimento Plantio Brasil, também entregou exemplares do livro recém-lançado "Plantando para o Planeta", obra voltada à educação ambiental. O material aborda o plantio de árvores como ferramenta de conscientização e como forma de envolver a sociedade civil em ações concretas diante dos desafios ambientais.

A atividade reforça a importância de unir poder público, instituições, voluntários e sociedade civil em torno de iniciativas simples, mas com grande potencial de impacto. Cada muda plantada representa mais sombra, mais biodiversidade, mais equilíbrio ambiental e uma cidade mais preparada para lidar com os efeitos das alterações climáticas.

Com a ação, o Parque da Fonte Grande se fortalece como espaço de lazer, contemplação e aprendizagem ambiental. E o gesto realizado neste dia deixa uma mensagem direta: cuidar da cidade também começa com pequenas raízes, plantadas hoje para transformar a paisagem de amanhã.



PRIMEIRO ENCONTRO DE CASAL TERMINA COM OS DOIS DETIDOS PELA GUARDA DE VITÓRIA

Era para ser uma noite romântica de um casal de jovens, de 21 e 22 anos, mas o encontro que começou na Enseada do Suá, Vitória, na noite de quinta-feira (9), terminou na delegacia. Os dois foram detidos pela Guarda Civil Municipal de Vitória (GCMV) por chegarem ao local com uma motocicleta furtada, portanto drogas e um deles usava tornozeleira eletrônica. Com ajuda da Central de Monitoramento (Ciom), uma das equipe de patrulhamento da Guarda de Vitória fazia buscas por uma motocicleta com restrição de furto e roubo circulando pela região, por volta das 22h. O veículo havia sido furtado na manhã do mesmo dia, em Vila Velha. Os guardas municipais foram informados que o veículo era cadastrado por um homem, tinha na garupa uma mulher e havia sido estacionado na rua atrás de um shopping da Enseada do Suá. A equipe então deslocou-se até o local e realizou as buscas pelo casal nas proximidades. Os guardas encontraram os dois sentados em um banco debaixo da Terceira Ponte, não muito longe de onde haviam estacionado a motocicleta. "Abordamos o casal e o homem nos relatou que havia comprado a motocicleta de forma informal com um terceiro não identificado, configurando, em tese, o crime de receptação. Durante busca pessoal, descobrimos uma quantidade de drogas em posse dos



dois, sendo dez gramas de maconha e três buchas de haxixe paquistanês", relata o inspetor Resende.

Além de tudo isso, um outro agravante entrou em cena: a mulher estava com uma tornozeleira eletrônica, condenada pelo crime de tráfico de drogas. Os guardas municipais identificaram que a restrição imposta pela Vara de Execuções Penais determinou o recolhimento domiciliar dela após as 22h. "Ela estava em via pública, e em desacordo com a determinação legal e, além disso, não portava consigo o

alvará de soltura, documento de porte obrigatório para a comprovação regular de sua condição penal perante as autoridades policiais", conta o inspetor Resende. Os dois foram detidos e encaminhados à Delegacia Regional de Vitória, juntamente com as drogas apreendidas, onde as medidas cabíveis foram tomadas pela autoridade competente. Já a motocicleta furtada foi transportada para um pátio credenciado do Detran, onde o verdadeiro proprietário pode recuperar. O casal tem uma lista de antecedentes criminais. O homem tem passagens por lesão corporal na Lei Maria da Penha, receptação, tráfico de drogas e direção perigosa. Já a mulher, além da passagem por tráfico de drogas que gerou a tornozeleira eletrônica, tem uma passagem por desacato a autoridade.



PIÚMA

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO OFICIAL 13/07/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

Processo nº 5009/2026

ID CidadES: 2026.056E0700001.01.0041

O MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES, torna público para conhecimento dos interessados que, realizará licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, através da plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICA, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, COM O FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ESCOLAR, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E UNIDADES DE ENSINO MUNICIPAL.**

Abertura das Propostas e Início da Sessão: 09h do dia 27/07/2026, o Edital e Anexos encontra-se disponíveis nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://www.piuma.es.gov.br/portal/transparencia/licitacao>.

Mais informações através do tel. (28) 3520-6500 Ramal 1051 ou e-mail: pregao@piuma.es.gov.br

Piúma, 10 de julho de 2026.

MARIA GABRIELA MARINHO DOS SANTOS
Agente de Contratação - Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE

IÚNA

PUBLICAÇÃO OFICIAL

DA PREFEITURA MUNICIPAL

DE IÚNA EM 13/07/2026

AVISO DA LICITAÇÃO Nº 017/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO DIGITAL Nº 2026- GQ31B.

O Município de Iúna/ES, com fulcro na Lei nº 14.133/21, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às **09h**, do dia **31 de julho de 2026**, em sessão pública por meio da Internet no Portal de Compras Públicas, licitação nº 017/2026, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, para **Contratação de empresa para fornecimento de oxigênio medicinal.** O edital poderá ser obtido no Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou www.iuna.es.gov.br. Informações e esclarecimentos poderão ser solicitados no endereço eletrônico: licitacao@iuna.es.gov.br ou pelo telefone (28) 99884-3729, através do setor de licitações, de segunda à sexta-feira no horário de 08h às 11h e de 13h às 17h. ID CidadES: 2026.037E0500001.01.0009.

Iúna/ES, 10 de julho de 2026.
Waldrem Marcelo Oliveira
Secretário Municipal de Saúde

AVISO DA LICITAÇÃO Nº 029/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO DIGITAL Nº 2026 – 793F0

O Município de Iúna/ES, com fulcro na Lei nº 14.133/21, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às **9h**, do dia **04 de agosto de 2026**, em sessão pública por meio da Internet no Portal de Compras Públicas, licitação nº 029/2026, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, para **Registro de Preço para eventual e futura aquisição de Kit Gestante.** O edital poderá ser obtido no Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou www.iuna.es.gov.br. Informações e esclarecimentos poderão ser solicitados no endereço eletrônico: licitacao@iuna.es.gov.br ou pelo telefone (28) 99884-3729, através do setor de licitações, de segunda à sexta-feira no horário de 08h às 17h. ID CidadES: 2026.037E0700001.01.0022.

Iúna/ES, 10 de julho de 2026.
Lusmar Souza da Cunha Vieira
Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



Tel.: (27) 99991-9614

DIRETOR DE MARKETING
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Paulo Vieira

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira

Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL
Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante
CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br
CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35